



CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de serviços de apoio técnico relativo à aproximação da CIM TS ao sistema produtivo do Tâmega e Sousa

Ajuste Direto

CPV 71621000-7 - Serviços técnicos de análise ou consultoria

Penafiel, fevereiro de 2025

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a – Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a – Prazo de execução do contrato	4
Cláusula 4. ^a – Esclarecimento de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação do contrato	4
Cláusula 5. ^a – Local da prestação de serviços	5
Cláusula 6. ^a – Preço contratual	5
Cláusula 7. ^a – Condições de pagamento.....	5
Cláusula 8. ^a – Revisão de preços e adiantamentos	6
Cláusula 9. ^a – Obrigações da entidade adjudicante	6
Cláusula 10. ^a – Obrigações principais do prestador/a de serviços	6
Cláusula 11. ^a – Dever de sigilo	6
Cláusula 12. ^a – Proteção de dados pessoais	7
Cláusula 13. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual.....	8
Cláusula 14. ^a – Modificações objetivas do contrato.....	8
Cláusula 15. ^a – Força maior.....	9
Cláusula 16. ^a – Penalidades contratuais	10
Cláusula 17. ^a – Resolução do contrato pela entidade adjudicante	10
Cláusula 18. ^a – Resolução por parte do prestador/a de serviços	11
Cláusula 19. ^a – Foro competente.....	11
Cláusula 20. ^a – Legislação aplicável	11
Cláusula 21. ^a – Comunicações e notificações	11
Cláusula 22. ^a – Contagem dos prazos	11
Cláusula 23. ^a – Gestor do contrato	13
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	14
Cláusula 24. ^a – Enquadramento e objetivos	14
Cláusula 25. ^a – Descrição do serviço prestado	14
Cláusula 26. ^a – Entregáveis	15
Cláusula 27. ^a – Apresentação de propostas variantes.....	16
Cláusula 28. ^a – Prazo da obrigação de manutenção das propostas	16

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª – Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato, a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de apoio técnico relativo à aproximação da CIM TS ao sistema produtivo do Tâmega e Sousa.
2. A aquisição deste serviço cumprirá com as especificações técnicas constantes do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O suprimimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela entidade adjudicante;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador/a de serviços.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo prestador/a de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª – Prazo de execução do contrato

1. O prestador/a de serviços obriga-se a executar a prestação de serviços, com todos os elementos referidos no caderno de encargos, a contar da data da celebração do contrato durante um período máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.
2. O contrato pode ser objeto de renovações, mediante deliberação da entidade adjudicante, a comunicar ao adjudicatário um mês antes da cessação do contrato, tendo a duração máxima de 90 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da CIM-TS ou a requerimento do/a prestador/a de serviços desde que devidamente fundamentado e com o acordo das partes.
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º1, e caso não tenha sido atingido o valor contratual previsto, extingue-se o contrato sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 4.ª – Esclarecimento de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação do contrato

1. As dúvidas que o prestador/a de serviços tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação de serviços devem ser submetidas à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa) antes do início da execução da prestação de serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução da prestação de serviços a que dizem respeito, deverá o prestador/a de serviços submetê-las, imediatamente, à CIM do Tâmega e Sousa juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. A falta de cumprimento do disposto no número anterior torna o prestador/a de serviços responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 5.ª – Local da prestação de serviços

O serviço objeto do contrato será prestado nas instalações da entidade adjudicada, nos locais por esta indicados nas instalações das estruturas de atendimento às vítimas dos municípios pertencentes aos municípios que compõem a CIM do Tâmega e Sousa tendo em conta a natureza dos serviços a prestar.

Cláusula 6.ª – Preço contratual

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deverá pagar ao prestador/a de serviços o valor da proposta apresentada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de transporte, bem como quaisquer outros encargos decorrentes da prestação do serviço necessários/as para o efeito.
3. O valor base do procedimento é de **18.350,00€** (dezoito mil, trezentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 7.ª – Condições de pagamento

1. O pagamento dos serviços objeto do contrato será executado em função do seguinte plano de pagamento, baseado na apresentação e/ou demonstração de evidências de execução das atividades previstas, de acordo com a obrigação prevista na cláusula 26ª do presente caderno de encargos.
 - a) 10% com a entrega do Primeiro entregável;
 - b) 25% com a entrega do segundo entregável;
 - c) 25% com a entrega do terceiro entregável;
 - d) 25% com a entrega do terceiro entregável;
 - e) 15% com a entrega do último entregável.
2. A quantia devida pela Entidade Adjudicante nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela Entidade Adjudicante da respetiva fatura.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, com referência ao n.º do Compromisso;

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2 as faturas serão pagas, através de transferência bancária, para número de identificação bancária e instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços;
5. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 8.ª – Revisão de preços e adiantamentos

Não há direito a revisão de preços e não haverá lugar a adiantamentos nem a prémios por cumprimento antecipado.

Cláusula 9.ª – Obrigações da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nos documentos contratuais, a CIM do Tâmega e Sousa obriga-se a colaborar de boa-fé na execução do contrato, fornecendo ao Prestador/a de serviços as informações e esclarecimentos que aquele lhe solicite.

Cláusula 10.ª – Obrigações principais do prestador/a de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação da prestação de serviços da execução do contrato com a qualidade expectável e a obrigação de cumprimento rigoroso do cronograma proposto.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 11.ª – Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CIM do Tâmega e Sousa, bem como dos municípios que

a compõe e onde poderá prestar o serviço, a saber: os municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.ª – Proteção de dados pessoais

Na realização de quaisquer trabalhos no âmbito do contrato, o prestador/a de serviços obriga-se a cumprir todas as normas constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (cf. REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016) (RGPD), em particular no que diz respeito aos artigos 28.º a 32.º.

- a) No que se refere ao tratamento de dados pessoais, pelo prestador/a de serviços, deverá circunscrever-se apenas à informação fornecida pela entidade adjudicante.
- b) Em circunstância alguma o prestador/a de serviços procederá à recolha de dados pessoais no decorrer da execução da prestação de serviços;
- c) O prestador/a de serviços deverá a qualquer altura, por solicitação da entidade adjudicante, ser capaz de prestar provas de todas as atividades de tratamento dos dados sob a sua responsabilidade, tal como previsto no n.º 2 do artigo 30.º do RGPD, sem prejuízo de adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas em ordem à satisfação das disposições do RGPD.

- d) O disposto nos números antecedentes não prejudica, caso se revele necessário, celebrar contrato avulso a que se refere o artigo 28.º, n.º 3, do RGPD.
- e) No âmbito do dever de sigilo será ainda assinado entre o/a prestador/a de serviços e cada uma das estruturas de atendimento um acordo de confidencialidade por força do acesso a dados sensíveis e pessoais das vítimas em acompanhamento.

Cláusula 13.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer uma das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 14.ª – Modificações objetivas do contrato

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 312.º e 313.º, ambos do CCP, o contrato poderá ser modificado, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:
 - a) Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - b) Não poderá resultar num aumento do preço contratual;
 - c) O prazo de execução do contrato não poderá ser considerado fator ou subfactor que densifique o critério de adjudicação em termos de proposta economicamente mais vantajosa.
 - d) Os aspetos relacionados com a modificação do contrato não poderão estar submetidos pelo caderno de encargos à concorrência de mercado.
2. No caso dos contratos não sujeitos a forma escrita, salvo previsão expressa no programa de procedimento e nas situações previstas no artigo 95.º, n.º 1, do CCP, constituirá forma bastante a junção ao processo administrativo de documento comprovativo da aceitação da modificação por parte do cocontratante e o despacho de aprovação por parte da entidade adjudicante.
3. Encontram-se na previsão da alínea c) do n.º 1, os contratos plurianuais que, por motivo fundamentado, não possam ser objetivamente executados no período inicialmente previsto.

Cláusula 15.^a – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, constituem casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou
 - d) de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - e) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
 - f) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - g) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
 - h) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.^a – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a CIM do Tâmega e Sousa pode exigir do fornecedor o pagamento de uma multa pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da legislação em vigor.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CIM do Tâmega e Sousa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. Se o valor acumulado das penalidades previstas na presente cláusula for igual ou superior 20% (vinte por cento) do preço contratual, a CIM do Tâmega e Sousa poderá resolver o Contrato.
4. As penalidades serão aplicadas mediante notificação ao prestador/a de serviços.
5. A aplicação de penalidades está sujeita a audiência prévia do prestador/a de serviços.
6. A aplicação de penalidades não tem a natureza de cláusula penal, não prejudicando direito da CIM do Tâmega e Sousa de ser ressarcido nos termos gerais de Direito pelos prejuízos causados pelo incumprimento das obrigações do prestador/a de serviços.

Cláusula 17.^a – Resolução do contrato pela entidade adjudicante

1. O incumprimento do contrato por qualquer das partes contratantes dará à parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.
4. As partes poderão ainda proceder à resolução do contrato antecipadamente mediante aviso prévio de 5 dias úteis à parte contrária.

Cláusula 18.ª – Resolução por parte do prestador/a de serviços

O prestador/a de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 19.ª – Foro competente

Para a resolução de qualquer litígio resultante da execução do contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 20.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, designadamente pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e demais legislação complementar.

Cláusula 21.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, sendo considerados sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a- Faturação eletrónica

1. As faturas a apresentar pelo Fornecedor/Prestador de Serviços à CIM do Tâmega e Sousa, emitidas em observância com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições mínimas:
 - a. Ser emitida após o fornecimento dos bens/prestação dos serviços objeto do contrato e só após aceitação pela CIM do Tâmega e Sousa, através de comunicação do gestor de contrato;
 - b. Identificar o procedimento e/ou contrato;
 - c. Identificar o número de compromisso;
 - d. Período de faturação;
 - e. Informações sobre o Fornecedor/Prestador de Serviços;
 - f. Identificação do bem fornecido/serviço prestado, respetivas quantidades, local de entrega;
 - g. Preço unitário e global;
 - h. IVA à Taxa legal aplicável.
3. O Fornecedor/Prestador de Serviços deve proceder à emissão das faturas em formato eletrónico (EDI), decorrente da aplicação e cumprimento da legislação em vigor para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, nos termos do Decreto-Lei nº 123/2018 de 28 de dezembro.
4. A CIM do Tâmega e Sousa recebe as faturas dos Fornecedores/Prestadores de Serviços através da solução de faturação eletrónica da entidade ilink, possibilitando que todas as empresas e instituições possam enviar as faturas sem custos de transação, bastando para isso enviar as faturas utilizando a solução ilink EDI e Faturas eletrónicas acessível em <https://www.ilink.pt>.
5. Para mais informações, no sentido de facilitar a adesão dos Fornecedores/Prestadores de Serviços no envio eletrónico das suas faturas, deverá o fornecedor realizar a sua adesão gratuita à plataforma ilink em <https://www.ilink.pt/ilink/signup>. Os fornecedores que já tenham um serviço/EDI para a faturação eletrónica, devem por favor solicitar ao seu EDI/broker que efetue um pedido de ligação com a plataforma ilink para automatizar o envio das faturas/documentos para a CIM do Tâmega e Sousa.

6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela CIM do Tâmega e Sousa não será objeto de qualquer cobrança adicional.
7. Os dados pessoais obtidos para efeitos de faturação eletrónica só podem ser usados para esse fim ou para fins que com ele sejam compatíveis.

Cláusula 23.^a – Gestor do contrato

É designado como gestor do contrato, a quem compete acompanhar permanentemente a execução deste: (pessoa a indicar pela CIM do Tâmega e Sousa na fase de celebração do contrato).

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 24.^a – Enquadramento e objetivos

A CIM do Tâmega e Sousa tem vindo a aprofundar, mormente desde 2021 com a revisitação da EIDT do Tâmega e Sousa, a definição de instrumentos de planeamento da ação estratégica vocacionados para o território Tâmega e Sousa, com o horizonte 2030. Este exercício analítico compreende um eixo prioritário no domínio da “valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território” e outro no domínio do “aprofundamento qualificação e da competitividade dos clusters industriais”.

Enquadrados nestes eixos prioritários, a CIM TS desenvolveu diversos documentos estratégicos, dos quais se destacam, com relevância para o aproveitamento de oportunidades enquadradas no PO NORTE 2030, o Plano de Ação “Conhecimento, Inovação e Competitividade” e o Plano de Ação “Turismo, Património Cultural e Natural”.

O último trimestre de 2023 e primeiro semestre de 2024 evidenciaram a emergência de diversas oportunidades de financiamento enquadradas, quer nas abordagens territoriais contratualizadas e a contratualizar com a CIM TS (CDCT, Redes Urbanas, EEC PROVERE), quer nos sistemas de incentivos regional e nacionais, particularmente os vocacionados para a concretização de soluções alinhadas com os desafios dos setores estratégicos do TS, enunciados no estudo Capital Industrial (2021), em matéria de qualificação de RH, financiamento, acolhimento empresarial, redução dos custos de contexto. Tais oportunidades estão alinhadas com os eixos prioritários em apreço e configuram veículos efetivos de concretização de um conjunto expressivo de projetos estratégicos com impacto sub-regional e regional.

A prestação de serviço pretendida consubstancia assim uma necessidade de acompanhamento técnico relacionada com as exigências conducentes ao processo de aproximação da CIM TS aos agentes do sistema produtivo do Tâmega e Sousa, particularmente relevante para a concretização do plano de ação enquadrado no Aviso NORTE2030-2024-26 - Ações Coletivas de base local NUTS III.

Cláusula 25.^a – Descrição do serviço prestado

Constitui objetivo geral dos trabalhos a realização das seguintes tarefas:

1. Partindo do levantamento secundário realizado no âmbito do Estudo Capital Industrial (2021), pretende-se a atualização diacrónica da informação sobre o levantamento das empresas exportadoras de bens do Tâmega e Sousa, por mercado de destino, assim como das empresas consideradas PME líder e Excelência, desde 2020, inclusive, até ao ano disponível mais recente. tal levantamento nominal deverá posteriormente ser tratado em função das dimensões territorial (municipal) e funcional (fileira económica estratégica).
2. Levantamento e caracterização sumária de intenções de investimento de operadores turísticos a concretizar na sub-região do Tâmega e Sousa (as dimensões mínimas de caracterização deverão incluir a designação do operador, a designação e montante de investimento, a localização e a caracterização síntese do investimento);
3. Levantamento das necessidades de qualificação intermédias (ISCED 3 e 4) e executivas dos operadores turísticos do Tâmega e Sousa com vista a fundamentar a relevância da Escola de Hotelaria e Turismo do Tâmega e Sousa;
4. Apresentação de proposta estruturada com vista à concretização de 12 *business sunsets* e um seminário de lastro regional sobre a internacionalização dos sistemas produtivos de baixa densidade, entre 2025 e 2027. A proposta deverá considerar a estruturação de 12 programas temáticos (tema principal – enquadrado com a localização do evento - e subtemas, calendarização dos eventos, oradores a convidar, localização, aspetos logísticos a considerar de acordo com as condições do local do evento, base de dados de empresas e entidades a convidar para cada evento);
5. Atualização e aprofundamento do levantamento e caracterização das áreas de acolhimento empresarial existentes no Tâmega e Sousa, partindo do trabalho de caracterização detido pela

Cláusula 26.^a – Entregáveis

O/a prestador/a de serviços deverá proceder à entrega dos seguintes entregáveis:

1. Bases de dados em formato Excel com empresas do TS exportadoras, por mercado, e empresas PME líder e Excelência, assim como relatório com tratamento desta informação secundária por território e fileira estratégica, até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;
2. Fichas de intenção de investimento a promover por operadores turísticos privados no Tâmega e Sousa, até 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato;
3. Relatório com levantamento das necessidades de qualificação intermédias (ISCED 3 e 4) e executivas dos operadores turísticos do Tâmega e Sousa, até 90 (noventa) dias após a validação do segundo entregável;

4. proposta estruturada com vista à concretização de 12 *business sunsets* e um seminário de internacionalização na baixa densidade, entre 2025 e 2027, até 90 (noventa) dias após a validação do terceiro entregável;
5. Relatório com atualização e aprofundamento do levantamento e caracterização das áreas de acolhimento empresarial existentes no Tâmega e Sousa, até 90 (noventa) dias após a validação do quarto entregável.

Cláusula 27.^a – Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 28.^a – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas será de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, não havendo lugar a qualquer prorrogação.